



## **QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NACIONAL: concepções e convergência com os indicadores contemporâneos**

### **GT 7 – Estado, Economia do Setor Público e Políticas Públicas**

Karina Cardoso Esteves<sup>1</sup>  
Rosana Queiroz Santos Caldas<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o a pujança do Setor Terciário se evidenciou em 2015 por meio da relevante representatividade deste setor no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O ensino é um dos segmentos de atividades que compõem o Setor supracitado, logo, é em decorrência da combinação serviço ofertado *versus* qualidade que a presente pesquisa se justifica. Assim, o estudo objetivou conceituar o termo qualidade, analisar a oferta do Ensino Superior Privado Nacional desde sua implantação até a contemporaneidade e verificar a correlação entre os indicadores educacionais e o conceito de qualidade encontrado. Pesquisa de natureza qualitativa se norteia pelo procedimento Indutivo. O estudo explicita que, mesmo havendo sido empreendidos esforços na tentativa da diminuição da dívida social educacional do país por parte das políticas públicas e dos agentes reguladores, aspectos qualitativos explicitam que não foi suprida em sua totalidade o que normatiza a Constituição Federativa do Brasil de 1988 e o Ministério da Educação (MEC) no que diz respeito ao ensino superior privado do país.

Palavras-chave: Qualidade. Ensino superior privado. Desenvolvimento humano.

#### **1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil é historicamente considerado um país agroexportador com predominância de oferta de produtos de baixo valor agregado. Contudo, a participação das atividades do Setor Terciário no PIB nacional tem se ampliado, demonstrando uma importante representatividade deste setor junto ao somatório de todas as riquezas produzidas no país. Ofertante de bens imateriais, o Setor Terciário é atualmente modalidade *Sine Qua Non* para a expansão das atividades empresariais, sendo assim de suma importância para a economia do país.

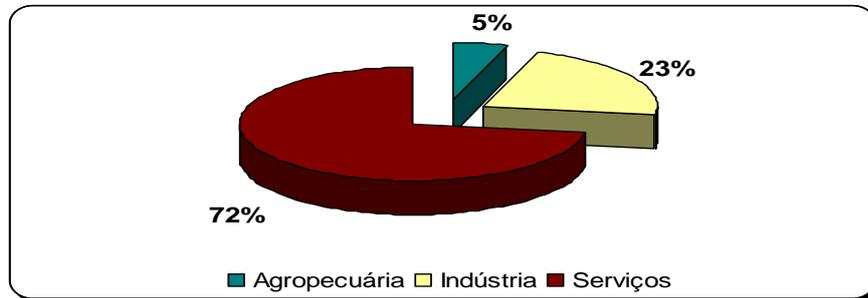
Conforme demonstrado abaixo, verifica-se que em 2015 a participação do setor de serviços foi consideravelmente superior à dos demais setores econômicos.

---

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-Graduada em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC/Itabuna). e-mail: karinamim@gmail.com

<sup>2</sup> Economista, Mestre em Economia Regional de Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz – (PERPP/UESC). e-mail: rqs13@gmail.com

Figura 1 – Participação por grupo de atividade econômica (em %) sobre o PIB – Valor Adicionado Bruto – Brasil 2015



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Partindo da observância do mecanismo de oferta e demanda, há uma sistematização que abarca tanto os problemas fundamentais da economia – o que produzir, para quem produzir e como produzir – segundo o MONTORO (1996) - como os fatores que influem sobre a demanda de um produto, bem e/ou serviço.

De acordo com o Sandroni, entende por oferta a

[...] quantidade de bens ou serviços que se produz e se oferece no mercado, por determinado preço e em determinado período de tempo. Diversos fatores influenciam o comportamento de um ofertante no mercado [...] 1- preço do bem em questão; [...] 2- a tecnologia; [...] 3- as condições climáticas; [...] 4- o suprimento dos insumos necessários para a produção da mercadoria.

Por outro lado, sob a perspectiva da teoria microeconômica e também à luz do Sandroni, conceitua-se como demanda a

[...] quantidade de um bem ou serviço que um consumidor deseja e está disposto a adquirir por determinado preço e em determinado momento. A demanda depende de fatores como: 1- preferência do consumidor; [...] 2- poder de compra do consumidor; [...] 3- preços dos outros bens, tanto os bens substitutos como os complementares; 4- preço do bem em questão, pois pelos mecanismos comuns do mercado, quanto mais alto for o preço, menor será a quantidade demandada; 5- qualidade do bem; 6- expectativas do consumidor quanto à renda pessoal e preços.

Diante das definições apresentadas, percebe-se que uma das variáveis que interfere na tomada de decisões por parte dos demandantes é a qualidade. Todavia, não se identifica essa variável como premissa explícita pelos ofertantes, vez que as empresas possuem (em tese) controle interno de qualidade e as agências reguladoras do país exercem também, dentre outras atribuições, a função fiscalizadora, regulamentadora e de controle para cada bem, produto e/ou serviço ofertado, logo, há uma normatização quantitativa e qualitativa que

teoricamente precisa ser cumprida *a priori* para então haver a disponibilização do artefato no mercado.

Sendo a educação uma das atividades pertencentes ao Setor Terciário, há preocupação com o que na teoria precisa ser cumprido e o que na prática se aplica, bem como de que forma o mercado absorve e faz uso deste serviço.

Em se tratando de um serviço, observemos como se dá a relação diante da aquisição e usufruto de um bem, exemplificado aqui pelo aparelho de ar condicionado.

O ofertante disponibiliza o aparelho supracitado no mercado a partir da contrapartida do preço deste, *Ceteris Paribus*<sup>3</sup>, levando em consideração para a formulação de preço, dentre outras variáveis, a tecnologia, os insumos, os custos, os demais ofertantes, as condições climáticas do local de venda e os demandantes. Por sua vez os que desejam adquirir o bem mencionado verificarão, *Ceteris Paribus*, dentre outras variáveis, a sua condição orçamentária, a preferência por determinada marca, a variação dos preços deste bem no mercado, se o item atende às suas necessidades e se possui qualidade certificada por parte das agências reguladoras.

Produto devidamente escolhido, adquirido e instalado, o aparelho de ar condicionado precisará de manutenção e conjecturando algumas hipóteses, pode vir a ser reinstalado diante de uma solicitação do comprador, sem problema algum ter apresentado, ou até mesmo por conta de alguma intercorrência que esteja afetando seu pleno funcionamento.

Observemos ainda como se dá a relação diante da aquisição e usufruto exemplificado agora pelo serviço *educação*. As determinantes para oferta e demanda seguem a mesma sistematização, contudo é um serviço onde a manutenção não se dá com tanta simplicidade e a mensuração da qualidade de quem vende e do que se aprendeu é complexa. Portanto, fazendo um paralelo entre os exemplos, como realizar a manutenção, reinstalar e/ou consertar o serviço de educação no Brasil?

Para tentar elucidar estas e algumas outras inquietações a investigação objetiva de maneira ampla analisar na contemporaneidade a experiência de inserção do Ensino Superior Privado Nacional disciplinado pela Constituição Brasileira e pelo MEC e sua relação com o termo qualidade. Especificamente pretende-se: **a)** conceituar o termo qualidade; **b)** evidenciar variáveis que norteiam a Constituição Brasileira e o MEC na composição da qualidade do Ensino Superior Privado; **c)** verificar a convergência entre o conceito de qualidade encontrado e os indicadores educacionais.

---

<sup>3</sup> Expressão em latim que significa “permanecendo constantes todas as demais variáveis”.

Para a realização desta pesquisa de natureza qualitativa, tomou-se como área de estudo o Brasil e como população as instituições nacionais privadas de ensino superior. Optou-se pelo Método Indutivo no que tange a Abordagem conforme conceitua Gil (2008, p. 10). Como Procedimento para a operacionalização da investigação utilizou-se os Métodos Histórico e Funcionalista de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 106 – 110).

Foram utilizadas fontes primárias para a coleta de dados dos dois últimos objetivos específicos, que conforme disciplinam Marconi e Lakatos (2003, p. 174-183) e no que tange a análise do que fora coletado utilizou-se o Método Comparativo segundo a perspectiva de Gil (2008, p. 16 - 17).

Já os dados que atingiram o primeiro objetivo, foram extraídos de fontes secundárias, que à luz de Marconi e Lakatos (2003, p. 174–183) e a análise se deu também através do Método Comparativo supracitado.

Assim, a presente investigação se volta para a qualidade do ensino superior privado nacional, na perspectiva do Desenvolvimento Social e Humano, suas oportunidades e capacidades individuais.

## **2 O TERMO QUALIDADE**

Por diversas vezes a palavra qualidade é utilizada como parâmetro para adjetivar uma situação pontual. Segundo o dicionário Aurélio o termo se define como,

1- Maneira de ser boa ou má de uma coisa; 2- Superioridade, excelência; 3- Aptidão, disposição feliz; 4- Talento, bons predicados; 5- Título, categoria; 6- Aquilo que caracteriza uma coisa; 7- Caráter, índole; 8- Casta, espécie; 9- Condição social, civil, jurídica; 10- Atributo, modalidade, virtude, valor; 11- Conjunto de atributos fonéticos (altura, intensidade, modo de articulação, timbre) que caracterizam determinado som vocálico; 12- na qualidade de: a título de, com o estatuto de; 13- qualidade de vida: conjunto de condições para o bem-estar de um indivíduo ou conjunto de indivíduos.

Ainda no que tange a adjetivação, Santana (2007, p. 25 – 26) explicita que para Aristóteles “a qualidade é uma das categorias que se encontram em todos os seres e indicam o que eles são ou como estão”. Ainda segundo o filósofo, há quatro tipos de qualidade:

a) um hábito ou uma disposição, sendo o hábito mais estável e duradouro que a disposição; b) uma capacidade ou incapacidade natural – qualidade ativa; c) qualidades sensíveis, constituídas por afeições e suas conseqüências – qualidade passiva; d) formas ou determinações geométricas.

Santana (2007, p. 27) traz que para Kant trata-se de “um grupo de quatro categorias (quantidade, qualidade, modalidade e relação) e pode ser afirmativa, positiva ou negativa. Outros filósofos como Locke, Descartes e Berkeley também são mencionados pela autora, cada um a sua percepção. Porém, apesar de discrepantes numa visão geral, há um aspecto comum,

[...] qualidade diz respeito a características de pessoas ou coisas, sejam elas fixas ou transitórias, formas ou cores, primárias ou secundárias, intrínsecas ou percebidas, ou ainda objetivas ou subjetivas, sem julgamento de valor, mas com intenção de descrição do objeto.

A concepção de interpretação do termo qualidade se referir a algo “bom” ou “positivo” implica num julgamento de valor que não é preestabelecido. Essa vertente está conectada a um modelo desenvolvido no século XX no mundo empresarial, denominado como qualidade total. Todavia, nele não se questiona o que é qualidade, mas sim uma tendência “positiva” em detrimento da competitividade e da sociedade capitalista, pois a qualidade total precisa ser capaz de oportunizar benefícios para a empresa e/ou para o consumidor. Assim, esse juízo de valor implantado no século passado, passou a ditar regra e influenciou a interpretação de qualidade em geral (SANTANA, 2007).

Não foram localizados estudos incisivos sobre a conceituação do termo em questão, todavia a dicotomia - objetividade e subjetividade - prevalece entre os pesquisadores. Por conta disso há agregação de valor, mas não há parâmetro para definição deste valor, já que a vertente subjetiva está vinculada a definição.

Diante da análise empírica, comumente se ouve sobre a necessidade da retomada do padrão de qualidade que fora em algum momento experimentado. Até o momento não há uma definição acerca do termo qualidade, agrega-se a esta afirmativa o fator da sociedade viver de maneira não linear. Houve mudanças na forma da organização social, logo, a escola de “ontem”, com a qualidade experienciada e a agregação de valor de “ontem”, enfrentará desafios para atingir seu objetivo educacional qualitativo se fizer uso dos mesmos dispositivos utilizados outrora na contemporaneidade.

Pode não ser o indivíduo que esteja despreparado para se inserir na IES, mas sim as instituições e o Estado podem estar desconsiderando as diferenças e as reais necessidades de sua sociedade, inibindo o avanço humano, social e por consequência o econômico.

Beisiegel (2005, p. 116) relata que essa crítica conversadora ainda não compreendeu que a escola mudou.

[...] mudou radicalmente, e que a população também, e a crítica a situação atual é outra, completamente diferente, tomando como parâmetro exatamente aquela escola do passado que já não existe mais. Qualidade de ensino e conteúdos das disciplinas são pensados a partir de uma escola que já foi superada. A realidade é totalmente outra e exige, inclusive, um quadro teórico de reflexão diferente.

Há posicionamentos interessantes de Beisiegel (2005, p. 150 – 151) no que concernem a um novo conceito de qualidade e também ao acesso à educação.

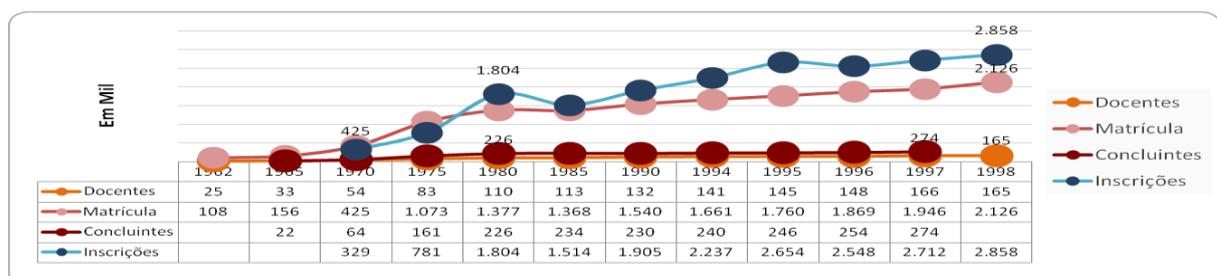
É possível mesmo que esta nova escola, com esta nova clientela e com suas novas funções sociais implique também um conceito diverso de qualidade de ensino. Como chegar à formulação deste novo conceito ou como obter esta qualidade é questão de pesquisas e, principalmente, de imaginação criadora do educador. Mas, certamente, a primeira condição para o êxito desse empreendimento está na aceitação dos problemas colocados pela escola (reforma e qualidade de ensino) como desafios legítimos. (...) Para quem não tinha acesso à educação escolar, mesmo este ensino de má qualidade representa uma indiscutível melhoria. Isto não significa, obviamente, que as evidentes deficiências (...) sejam aceitáveis.

Quando Beisiegel faz menção a uma má qualidade, diante da subjetividade inerente, é preciso salientar que a Constituição Federal atribuiu ao MEC a responsabilidade de gestão educacional. Por sua vez o MEC implantou instrumentos para mensuração de dados que evidenciassem quantitativamente uma realidade abstrata. Assim, diante dos resultados apresentados a seguir concluiu-se que houve uma perda de qualidade na educação em todos os níveis.

### 3 PANORAMA DO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO E DA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PAÍS

São expostas abaixo informações nacionais referentes ao ensino superior no intervalo de 1962 (período em que foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) a 1998 (momento em que algumas políticas públicas já haviam sido aplicadas).

Figura 2 – Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil de 1962 a 1998 (em Mil)



Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Para uma melhor compreensão, são trazidos a seguir os dados que fomentaram a construção da figura 2.

Tabela 1 – Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil de 1962 a 1998 (Em Mil)

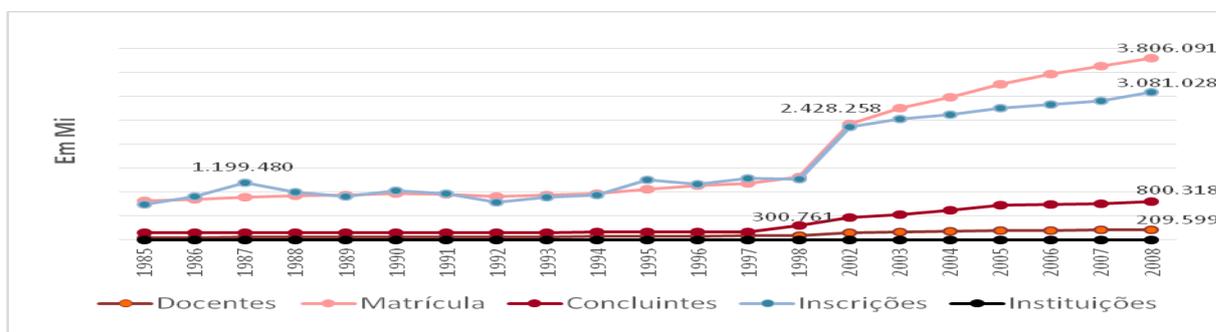
Ano	Docentes (A)	Matrícula (B)	(B/A)	Concluintes*	Vagas Oferecidas (C)*	Inscrições (D)*	(D/C)	Ingressos*
1962	25.213	107.509	4,3	...	...	...	...	...
1963	28.944	124.214	4,3	19.049	...	...	...	...
1964	30.162	142.386	4,7	20.282	...	...	...	...
1965	33.135	155.781	4,7	22.291	...	...	...	...
1966	36.109	180.109	5,0	24.301	...	...	...	...
1967	38.693	212.882	5,5	30.108	...	...	...	...
1968	44.706	278.295	6,2	35.947	...	...	...	...
1969	49.547	342.886	6,9	44.709	...	...	...	...
1970	54.389	425.478	7,8	64.049	145.000	328.931	2,3	...
1971	61.111	561.397	9,2	73.453	202.110	400.958	2,0	...
1972	67.894	688.382	10,1	96.470	230.511	449.601	2,0	...
1973	72.951	772.800	10,6	135.339	261.003	574.708	2,2	...
1974	75.971	937.593	12,3	150.226	309.448	614.805	2,0	...
1975	83.386	1.072.548	12,9	161.183	348.227	781.190	2,2	...
1976	86.189	1.096.727	12,7	176.475	382.418	945.279	2,5	...
1977	90.557	1.159.046	12,8	187.973	393.560	1.186.181	3,0	...
1978	98.172	1.225.557	12,5	200.056	401.977	1.250.537	3,1	...
1979	102.588	1.311.799	12,8	222.896	402.694	1.559.094	3,9	...
1980	109.788	1.377.286	12,5	226.423	404.814	1.803.567	4,5	356.667
1981	113.899	1.386.792	12,2	229.856	417.348	1.735.457	4,2	357.043
1982	116.111	1.407.987	12,1	244.639	421.231	1.689.249	4,0	361.558
1983	113.779	1.438.992	12,6	238.096	...	...	...	...
1984	113.844	1.399.539	12,3	227.824	...	...	...	...
1985	113.459	1.367.609	12,1	234.173	430.482	1.514.341	3,5	346.380
1986	117.211	1.418.196	12,1	228.074	442.314	1.737.794	3,9	378.828
1987	121.228	1.470.555	12,1	224.809	447.345	2.193.861	4,9	395.418
1988	125.412	1.503.555	12,0	227.037	463.739	1.921.878	4,1	395.189
1989	128.029	1.518.904	11,9	232.275	466.794	1.818.033	3,9	382.221
1990	131.641	1.540.080	11,7	230.206	502.784	1.905.498	3,8	407.148
1991	133.135	1.565.056	11,8	236.377	516.663	1.985.825	3,8	426.558
1992	134.403	1.535.788	11,4	234.267	534.847	1.836.859	3,4	410.910
1993	137.156	1.594.668	11,6	240.269	548.678	2.029.523	3,7	439.801
1994	141.482	1.661.034	11,7	245.887	574.135	2.237.023	3,9	463.240
1995	145.290	1.759.703	12,1	254.401	610.355	2.653.853	4,3	510.377
1996	148.320	1.868.529	12,6	260.224	634.236	2.548.077	4,0	513.842
1997	165.964	1.945.615	11,7	274.384	699.198	2.711.776	3,9	573.900
1998*	165.122	2.125.958	12,9	...	776.031	2.858.016	3,7	651.353

Fonte: MEC/INEP/SEEC.

\* Não foram localizados dados.

Adiante são mencionadas informações acerca do ensino superior privado do país no intervalo de 1985 a 2008.

Figura 3 – Evolução das Estatísticas do Ensino Superior Privado no Brasil de 1985 a 2008  
(Em Mi)



Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Para uma melhor compreensão, são trazidos os dados que fomentaram a construção da figura 3.

Tabela 2 – Evolução das Estatísticas do Ensino Superior Privado no Brasil de 1985 a 2008  
(Em Mi)

Ano	Docentes	Matrícula	Concluintes	Vagas Oferecidas	Inscrições	Ingressos	Instituições
1985	49.010	810.929	151.729	289.208	734.454	222.636	626
1986	49.966	840.564	147.357	292.055	908.572	242.202	592
1987	51.872	885.590	147.845	299.578	1.199.480	261.381	613
1988	55.023	918.204	149.922	313.946	990.742	264.014	638
1989	57.934	934.490	155.428	318.164	908.078	257.218	682
1990	59.737	961.455	152.352	347.775	1.023.937	281.009	696
1991	61.012	959.320	155.106	354.157	970.578	283.701	671
1992	62.161	906.126	154.077	363.799	791.998	261.184	666
1993	64.562	941.152	155.387	377.051	894.624	286.112	652
1994	66.197	970.584	158.025	396.682	944.654	303.454	633
1995	69.022	1.059.163	159.450	432.210	1.254.761	352.365	684
1996	73.654	1.133.102	160.404	450.723	1.163.434	347.348	711
1997	81.373	1.186.433	168.302	505.377	1.285.994	392.041	689
1998	81.384	1.321.229	300.761	570.306	1.266.733	454.988	764
2002	143.838	2.428.258	466.260	1.477.733	2.357.209	924.649	1.442
2003	165.358	2.750.652	528.223	1.721.520	2.532.576	995.873	1.652
2004	185.258	2.985.405	626.617	2.011.929	2.622.604	1.015.868	1.789
2005	194.471	3.260.967	717.858	2.122.619	2.754.326	1.108.600	1.934
2006	201.280	3.467.342	736.829	2.298.493	2.831.515	1.151.102	2.022
2007	208.213	3.639.413	756.799	2.494.682	2.901.270	1.183.464	2.032
2008	209.599	3.806.091	800.318	2.641.099	3.081.028	1.198.506	2.016

(\*) Em 1980, 1981 e 1982, os dados de Estabelecimentos Isolados estão computados em Faculdades Integradas.  
Fonte: MEC/INEP/SEEC.

Segundo Milone (1998), alguns dos condicionantes considerados relevantes para que haja a promoção do desenvolvimento enquanto melhorias de condições de vida

serão explicitados na tabela a seguir. Ela evidencia o levantamento destes dados desde o governo de Gal Garrastazu Médici em 1970, até o primeiro mandato em 2011 da então presidente Dilma Vana Rousseff.

Tabela 3 – Índices de Crescimento e Desenvolvimento nacionais a partir da década de 70.

(Continua)

Governos	Ano	PIB					Pobreza*	Desemprego (%)**	Desigualdade			
		PIB (bi R\$)			Per Capita (R\$)	Crescimento (%)			Coeficiente de Gini***	Salário Mínimo Nominal (R\$)	AH (%)	Salário Mínimo Necessário (R\$)****
		Preços Atuais (R\$/2014)	Preços (R\$)		Preços Atuais (2014)							
			1970	2005								
Gal Garrastazu Médici	1970	35,20	35,20	226,60	366,90	-	-	-	-	-	-	
	1971	39,30	39,20	252,30	399,70	11,30	-	-	-	-	-	
	1972	50,60	43,90	282,40	502,00	11,90	-	-	-	-	-	
	1973	71,70	50,00	321,90	693,70	14,00	-	-	-	-	-	
	1974	91,90	54,10	348,10	868,10	8,10	-	-	-	-	-	
Gal Ernesto Geisel	1975	108,10	56,90	366,10	996,50	5,20	-	-	-	-	-	
	1976	127,70	62,70	403,60	1.150,00	10,30	3.176.830	-	0,623	-	-	
	1977	148,70	65,80	423,50	1.306,70	4,90	2.515.512	-	0,625	-	-	
	1978	168,80	69,10	444,60	1.448,60	5,00	4.539.947	-	0,604	-	-	
	1979	186,10	73,80	474,60	1.559,40	6,80	2.668.369	-	0,593	-	-	
Gal J. B. Figueiredo	1980	191,10	80,60	518,50	1.564,00	9,20	-	-	-	-	-	
	1981	225,60	77,10	496,40	1.802,90	-4,30	3.333.253	-	0,584	-	-	
	1982	238,80	77,80	500,50	1.864,70	0,83	3.576.366	-	0,591	-	-	
	1983	170,40	75,50	485,90	1.300,60	-2,90	4.910.536	-	0,596	-	-	
	1984	175,10	79,60	512,10	1.306,90	5,40	4.692.906	5,2	0,589	-	-	
José Sarney	1985	187,50	85,80	552,30	1.370,00	7,80	4.122.417	4,2	0,598	-	-	
	1986	225,40	92,30	593,70	1.613,80	7,50	1.894.364	3,5	0,588	-	-	
	1987	247,10	95,50	614,60	1.734,90	3,50	4.050.450	4,7	0,601	-	-	
	1988	276,00	95,50	614,30	1.901,80	-0,06	5.077.465	5,2	0,616	-	-	
	1989	375,50	98,50	633,70	2.540,50	3,20	4.815.119	4,6	0,636	-	-	
F. Collor	1990	406,90	94,20	606,10	2.705,60	-4,30	5.253.186	5	0,614	-	-	
	1991	38,60	95,20	612,30	2.475,70	1,00	-	5	-	-	-	
	1992	362,60	94,60	609,00	2.333,90	-0,54	5.377.536	7,2	0,583	-	-	

(Conclusão)

Governos	Ano	PIB					Pobreza*	Desemprego (%) **	Desigualdade			
		PIB (bi R\$)			Per Capita (R\$)	Crescimento (%)			Coeficiente de Gini***	Salário Mínimo Nominal (R\$)	AH (%)	Salário Mínimo Necessário (R\$)****
		Preços Atuais (R\$/2014)	Preços (R\$)		Preços Atuais (2014)							
			1970	2005								
I. Franco	1993	406,90	99,20	638,50	2.578,60	4,80	5.510.091	8,3	0,604	-	-	-
	1994	580,50	105,00	675,80	3.622,20	5,90	-	8,3	-	70,00	100	728,90
Fernando Henrique Cardoso	1995	778,10	109,50	704,40	4.780,50	4,20	4.310.587	8,4	0,601	100,00	1,43	763,09
	1996	849,60	111,80	719,50	5.139,80	2,20	4.586.086	9,5	0,602	112,00	1,60	778,27
	1997	881,50	115,60	743,80	5.250,40	3,40	4.701.399	10,2	0,602	120,00	1,71	837,16
	1998	853,80	115,60	744,10	5.007,20	0,04	4.365.484	11,1	-	130,00	1,86	857,66
	1999	594,10	115,90	746,00	3.430,90	0,25	4.767.765	12	-	136,00	1,94	940,58
	2000	652,40	120,90	778,10	3.711,10	4,30	-	12	-	151,00	2,16	1.004,26
	2001	560,70	122,50	788,30	3.142,90	1,30	5.277.506	12,1	-	180,00	2,57	1.101,54
	2002	512,00	125,80	809,30	2.828,20	2,70	4.877.317	12,2	-	200,00	2,86	1.378,19
	2003	558,90	127,20	818,50	3.043,80	1,10	5.533.843	12,3	-	240,00	3,43	1.420,61
Luís Inácio Lula da Silva	2004	669,60	134,40	864,90	3.597,80	5,70	4.937.374	11,5	0,572	260,00	3,71	1.468,08
	2005	892,10	138,60	892,10	4.733,20	3,10	4.383.137	9,8	0,570	300,00	4,29	1.607,11
	2006	1.107,80	144,20	927,80	5.809,10	4,00	3.740.558	10	0,563	350,00	5,00	1.564,52
	2007	1.396,00	152,90	983,50	7.241,10	6,00	3.800.546	9,3	0,556	380,00	5,43	1.803,11
	2008	1.694,60	160,50	1.032,90	8.700,60	5,00	3.334.730	7,9	0,546	415,00	5,93	2.141,08
	2009	1.664,60	160,10	1.030,40	8.462,40	-0,23	3.333.336	8,1	0,543	465,00	6,64	1.995,91
	2010	2.209,40	172,30	1.108,50	11.124,10	7,60	-	6,8	-	510,00	7,29	2.227,53
	2011	2.615,20	179,00	1.151,90	13.042,20	3,90	3.106.269	6	0,531	545,00	7,79	2.329,35
Dilma V. Rousseff	2012	2.413,20	182,20	1.172,20	11.922,70	1,80	2.847.021	5,5	0,530	622,00	8,89	2.561,47
	2013	2.392,10	187,20	1.204,30	11.711,10	2,70	3.052.361	5,4	0,527	678,00	9,69	2.765,44
	2014	2.346,50	187,40	1.206,10	11.386,60	0,15	2.277.971	4,8	0,518	724,00	10,34	2.975,55

Nota: \*Número de domicílios extremamente pobres/Domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Não foram encontradas informações dos anos 1980, 1991, 1994, 2000 e 2010.

Nota: \*\*Desemprego médio. % de desocupados. A partir de 2002 o IBGE faz alterações na metodologia. Série disponível em <<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>>.

Acesso em 08 set. 2016. Nota: \*\*\*Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Nota: \*\*\*\* Valor necessário para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. O cálculo é feito mensalmente desde 1994 pela Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) com base em valores da cesta básica. Não foram encontradas informações dos anos 1980, 1991, 1994, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2010.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados do DIEESE, IBGE, IPEA e PNAD.

Entre os governos de Gal Garrastazu Médici e Fernando Collor de Mello - 1970 a 1990, houve a idealização, implementação, maturação e declínio do Programa Crédito Universitário. Nesse espaço temporal o país passava por uma desaceleração do crescimento, chegando em 1990 a 4,3 pontos percentuais negativos que derivaram no aumento do índice de pobreza, que neste mesmo ano atingiu 5.253.186 pessoas. A média do desemprego entre os anos de 1984 e 1994 foi de 5,56%, logo, a conjuntura propiciou a elevação da desigualdade nacional, que teve o seu ápice (dentro do referido período) em 1989, quando o Coeficiente de Gini trouxe a mensuração de 0,636. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>4</sup> em 1980 foi de 0,547 e em 1990 foi de 0,608, logo, houve moderada melhoria no desenvolvimento nacional na referida década. O país estava sob o contexto entre o término da Ditadura Militar e reestruturação política, a instabilidade econômica se evidenciou e os altos níveis de inflação também marcaram a gestão de Collor.

O cenário como um todo somado às falhas de estrutura e planejamento do programa Crédito Universitário, impulsionaram à reformulação deste sistema de crédito que culminou com o surgimento do FIES em 1999. No âmbito do ensino superior, as matrículas e inscrições apresentaram evolução positiva, enquanto o quantitativo de concluintes e de docentes mostrava-se baixo e constante.

No primeiro ano do mandato de FHC o país cresceu 4,2%, em decorrência de política monetária fomentada na nova moeda nacional, o Real, e em algumas medidas de política econômica liberal visando à retomada do crescimento via liberalização e privatização. Apresentou um declínio no índice de pobreza neste mesmo ano (1995) totalizando agora

---

<sup>4</sup> Índice comparativo que mede o grau de desenvolvimento econômico e o grau de qualidade de vida ofertada à população. O indicador varia de 0 – nenhum desenvolvimento humano, a 1 – desenvolvimento humano total, conforme PNUD.

4.310.587 pessoas (variação de 17,94% na comparação entre os dados analisados em 1990 e 1995), além da redução da desigualdade percebida pelo índice que se retraiu para 0,601. Em 2002 o crescimento decaiu para 1,1%, a pobreza e o desemprego aumentaram em relação ao primeiro ano do governo de FHC e o salário mínimo nominal era de R\$ 200,00.

Estudos do DIEESE apontaram que em 2002 o valor do salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência deveria ser de R\$ 1.378,19, bem acima do valor que estava em vigência. Mesmo diante de um cenário econômico delicado que perpassou pela crise da desvalorização de sua moeda em 1999 afastando os investidores do país, pela criação da Lei de Responsabilidade Fiscal que tentava um melhor e mais apurado controle nas contas públicas brasileiras, além de uma crise política e o racionamento de energia, a reestruturação do financiamento estudantil e seu acesso surtiram efeito positivo no período mencionado e o FIES alavancou de maneira positiva o quantitativo das matrículas das IES privadas. Nos anos 2000 o Brasil investia 2,4% do seu PIB em educação (da educação básica à superior), enquanto a média de investimentos de outros países chegava a 3,7%.

No que tange aos dois mandatos do governo Lula, a partir de políticas expansionistas e em sua maioria de cunho social, o ano de 2010 fecha com 7,6% de crescimento, a pobreza e desemprego caem abruptamente, chegando este último a 6,8%, a média simples do grau de desigualdade nacional totaliza 0,558 e o salário mínimo nominal foi de R\$ 510,00 (enquanto o salário mínimo necessário estava avaliado em R\$ 2.227,53). O Ensino Superior no Brasil continuava com taxas crescentes de inscrições e matrículas e o Ensino Superior Privado, que desde 1998 já vinha mostrando avanços em algumas variáveis, evidencia dados ainda mais expressivos nas inscrições e matrículas (em 2002 havia um quantitativo de 2.428.258 alunos matriculados).

Curiosamente as IES fecham o ano de 2008 com a soma de 2.016 unidades, o que não é um número tão elevado como pode ser apurado na Figura 3 e o número de concluintes embora tenha crescido, não acompanhou a evolução em larga escala que as demais variáveis mencionadas. Vê-se que além do FIES, o ProUni passa a ter também importante significância no âmbito do ensino no país e reflete uma demanda que precisava de assistência e passa a consumir o serviço com intensidade. Acompanhando a evolução do acesso ao ensino, o IDH do país no ano de 2000 era de 0,683 e no ano de 2010 foi de 0,737, assim, o indicador retrata que o desenvolvimento vem aumentando ao longo das décadas, todavia, o investimento na educação (da educação básica à superior) em 2012 chegou a 4,7% do PIB nacional, a previsão

para que se atinja 10% do PIB para este segmento está embasada na implementação eficiente do Plano Nacional da Educação (PNE) e a perspectiva em anos de se atingir essa meta é prevista ao longo da década posterior.

#### **4 CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO À LUZ DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

Constatada a consolidação do ensino superior no país é preciso uma melhor compreensão do que o MEC conceitua como qualidade, já que a Constituição somente faz menção da necessidade da garantia da qualidade e imputa ao Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>5</sup> a melhoria da qualidade do ensino, todavia o PNE também não explicita o que compreende como qualidade.

Alicerçado no tripé Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC) e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o MEC construiu e adotou tais indicadores a partir de 2007, que são calculados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e formam individual e conjuntamente a base da análise de qualidade educacional privada superior vigente.

A presente pesquisa fez uso do indicador IGC faixa<sup>6</sup> e contínuo<sup>7</sup> como balizador de qualidade, pois este é entendido pelo MEC como o indicador mais abrangente entre os três já mencionados, além de possuir periodicidade de mensuração anual da distribuição dos estudantes entre Graduação, Mestrado e Doutorado.

O CPC e o ENADE não foram utilizados como dispositivos para a mesma finalidade, pois embora haja uma interligação entre os três indicadores, estes possuem uma forma de análise não linear, onde a percepção ampla de todo o sistema qualitativo proposto pelo MEC torna-se complexa e de confusa assimilação. Assim, para a análise de uma linha temporal consistente, capaz de reunir e inquirir os três indicadores, seria necessário um estudo voltado somente com o intuito do acompanhamento dos índices supracitados, o que não se efetiva na presente pesquisa.

---

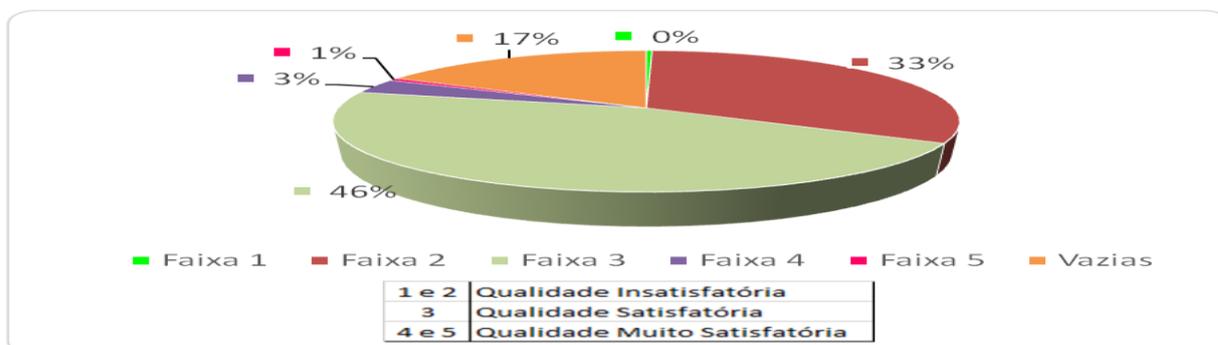
<sup>5</sup> Deixou de ser uma disposição transitória e passou a ser uma exigência constitucional com periodicidade decenal conforme disciplina a EC nº 59/2009.

<sup>6</sup> Média ponderada calculada anualmente dos cursos de graduação *stricto sensu* da instituição e pode oscilar no intervalo de 1 a 5, onde 1 e 2 se equivalem a qualidade insatisfatória, 3 a qualidade satisfatória e 4 e 5 a muito satisfatória, conforme Portal INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.

<sup>7</sup> Variável contínua que delimita a distribuição das faixas, onde faixa 1 de 0 – 94; faixa 2 de 95 – 194; faixa 3 = 195 – 294; faixa 4 = 295 – 394; faixa 5 = 395 – 500, conforme Portal INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.

Diante do exposto, abaixo são trazidas informações acerca da divulgação do IGC das Instituições Privadas do país correspondente ao ano de 2010.

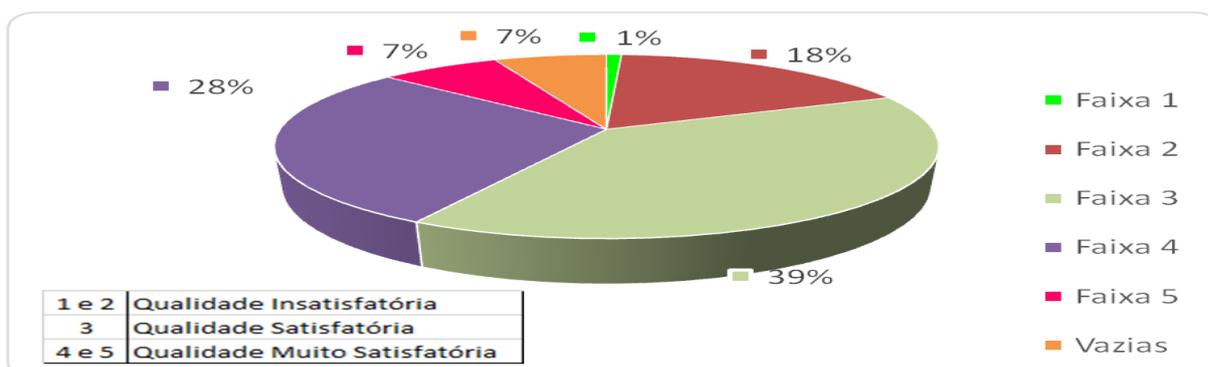
Figura 4 – IGC Faixa do ano de 2010 das Instituições Privadas Nacionais (em %)



Fonte: MEC.

Embora o cerne da pesquisa seja a área privada, são também apresentados dados da área pública para que sirvam de parâmetro para a análise da qualidade da educação ofertada como um todo no território nacional. Foram verificadas pelo MEC 2.176 instituições, onde 1.947 correspondem à rede privada (quantitativo inferior ao que foi visto em 2008, quando o país possuía 2.016 instituições privadas) e 229 que correspondem a rede pública.

Figura 5 – IGC Faixa do ano de 2010 das Instituições Públicas Nacionais (em %)



Fonte: MEC.

Tanto as instituições públicas como as privadas mostraram um IGC expressivo na faixa 3 que evidencia qualidade satisfatória, todavia, as públicas apresentaram melhores percentuais nas faixas 4 e 5 no ano em questão, que somadas resultam em 35% das IES, enquanto o a soma das mesmas faixas nas instituições privadas é somente de 4%.

Absorvendo os demais fatos esclarecidos ao longo da pesquisa, infere-se que há a necessidade de adaptações ao ensino para que o país deixe a condição satisfatória e consiga alcançar um patamar mais elevado no que tange a qualidade dos serviços educacionais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir os trabalhos aferiu-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos. Constatou-se que não há um conceito incisivo acerca do termo qualidade, todavia, o MEC quantificou através de alguns indicadores a qualidade do ensino superior no país. Ao analisar na contemporaneidade a experiência da atuação mais vigorosa das instituições privadas, apurou-se que as políticas públicas implementadas no âmbito do ensino superior privado no Brasil, com ênfase a partir da década de 90, foram de grande valia para a população e deixaram sob o holofote a demanda crescente da sociedade por real acesso ao ensino e que este, de fato, se deu consubstancialmente quando atrelado às medidas que ampliaram o financiamento ou até mesmo que tinham como contrapartida o rendimento semestral regulado de perto. Assim, a educação brasileira passou a apresentar um novo *layout* e há o entendimento de que sem a intervenção do Estado e a parceria com a iniciativa privada o acesso e a ampliação do serviço em questão se daria a passos mais lentos.

Entretanto, alguns dos propósitos vislumbrados na implantação de alguns programas, como é o caso do Crédito Educativo, FIES e a redução da evasão do ensino superior, não se efetivaram. O quantitativo de instituições, docentes, inscrições e matrículas é inversamente proporcional aos estudantes concluintes.

Cunha (2007) menciona acerca do imediatismo na busca por diplomas (massificação do ensino), que resulta no comprometimento do ensino e por consequência, na qualidade do serviço que é ofertado. Há um questionamento relevante no que concerne a finalidade da obtenção do diploma na contemporaneidade, resultando no credencialismo, termo adotado quando o mercado requisita e melhor remunera àqueles que possuem especialização e bom desempenho. Contudo, o mercado se adapta com o cenário que se apresentar e diante de um quadro não tão favorável, fará contratação daqueles que apresentam níveis inferiores de educação e passará a remunerá-los também de maneira diferenciada e monetariamente menor.

No presente estudo adotou-se por Crescimento Econômico a contínua elevação do Produto Interno Bruto (PIB) – global e per capita - ao longo do tempo, e por Desenvolvimento Econômico, além das mudanças quantitativas inerentes ao Crescimento

supracitado, também as qualitativas, ou seja, alterações voltadas ao crescimento do bem-estar econômico como a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade, melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (MILONE, 1998).

A compreensão de educação nessa pesquisa se concentra não no ensino como fator de produção que num futuro próximo trará excedente econômico, mas no ensino como artefato capaz de conscientizar o ser humano, fazer com que ele consiga compreender em qual situação se encontra numa sociedade, agir em prol da sua libertação, seja qual for a amarra em questão e enfim desenvolver um senso crítico (FREIRE, 1967). Porém, para que o indivíduo consiga atingir esse patamar de compreensão, a fragilidade na educação precisará ser transposta. Ela pode ser percebida também através do INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional<sup>8</sup>, que evidencia o grau de incapacidade de compreensão de fatores elementares, onde dados analisados entre os anos de 2012 a 2015 apontaram há alfabetismo funcional no grupo Rudimentar de 4%, no Elementar de 32%, no Intermediário de 42% e no Proficiente de 22%.

A Constituição reafirma que é a partir da educação que há a preparação para o indivíduo exercer a cidadania, se qualificar para o trabalho, além do pleno desenvolvimento pessoal. Diante do exposto, a Carta Magna do país precisa se fazer valer.

O ensino ainda é compreendido como pura ferramenta para a retroalimentação do sistema econômico vigente, todavia, o homem está para além de servir como massa de manobra para a formação de excedente econômico e se a ótica desta análise não for recomposta, o ensino superior privado brasileiro poderá ser identificado tal qual uma máquina de diplomas de consistência duvidosa, onde o aluno é o “cliente”, o docente é o “empregado”, a IES é o “patrão”, e por conta disso só convém a maximização de seu lucro via mensalidades e repasse de programas sociais educacionais. O Estado nem sempre possui mecanismos eficientes para regular este comércio e o produto final – a educação – é colocado à disposição da sociedade sem o devido zelo.

A igualdade de oportunidades educacionais, assim como o acesso ao crédito, redução da evasão e elevação dos índices de concluintes, só serão atingidos paralelamente ao avanço do desenvolvimento social da nação. Mesmo que haja estímulo ao crédito, àquele que está imerso em determinado nível de pobreza, desempregado e que se vê sem as condições básicas

---

<sup>8</sup> Levantamento que articula testes cognitivos com questionários de contextualização sócio demográfica, econômica, cultural e educacional. São realizadas entrevistas domiciliares e a amostra é estratificada com alocação proporcional à população brasileira. Há grupos de alfabetismo que se enquadram de acordo com a escala de proficiência possível em função do número de itens parametrizados no banco de itens INAF, como Analfabeto, Rudimentar, Elementar, Intermediário e Proficiente. Observar INAF.

para que o seu próprio desenvolvimento seja promovido, torna-se impotente sozinho, de lograr êxito nos diversos âmbitos da vida e conseqüentemente no educacional. A meritocracia por si não se aplica, pois falta a este termo ingredientes sociais mais robustos além do tão conhecido esforço individual. Não será exequível esperar da população que haja senso crítico, percepção de amarras, entendimento sobre alienação, diante de um alfabetismo funcional que persiste. O ensino de base carece de intervenções em sua estrutura, porém, o ensino superior privado também necessita dividir a atenção, pois semestralmente são colocados novos profissionais no mercado.

Neste ponto há o questionamento acerca papel do Estado com a educação privada brasileira. Urge reavaliar ou reajustar a fiscalização, a excelência no planejamento de políticas públicas, o fornecimento de subsídios para as IES, onde será requisitada uma contrapartida, além de ações continuadas independentemente das variações de gestões.

Pode estar havendo uma inversão na ordem da compreensão do que se deseja com o ensino e conseqüentemente do que se almeja num Projeto de Sociedade<sup>9</sup>. Não se espera pessoas robotizadas que sirvam a um sistema e sim, que consigam compreender, via educação, que é necessária a busca constante por evolução e desenvolvimento pessoal, a fim de entenderem que sua qualificação profissional é de suma importância para si e para os que a cercam e que por consequência, poderão tornar-se profissionais capazes de produzirem com competência e por fim, ajudarão a economia como um todo.

O que está disciplinado na Constituição Federativa do Brasil não se aplica em sua totalidade. Inexiste igualdade de condições, acesso e permanência, nem há liberdade para a pesquisa, pois esta é diretamente vinculada a projetos de extensão, que em grande parte não são acessíveis a todos. Há incapacidade de compreensão de questões elementares como demonstram os índices do INAF e este está diretamente ligado a outro princípio contido no Plano Nacional de Educação que era a erradicação do analfabetismo, que também não se efetivou. O IGC das IES em 2012 que ficou na faixa 3 correspondendo a um resultado satisfatório, confirmam certa desqualificação educacional, além da promoção humanística que ainda galgará árduos degraus até que consiga se estabelecer.

Defronte de tantas mudanças nas formas de interações mundiais, avanços tecnológicos, arranjos de mercado e outros progressos, o ensino se vê na contingência de se reestruturar e encontrar seu novo ponto de equilíbrio no que tange a qualidade do serviço.

---

<sup>9</sup> Observar VARELLA, A. M. R. S. e FAZENDA, I. C. A. Projetos e Práticas Interdisciplinares: movimento e transformação?

Dessa forma o presente estudo deixa a sua contribuição social com o intuito da continuidade nas pesquisas voltadas para o avanço na educação, sem que o foco do desenvolvimento humano seja perdido.

## REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. de R.. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília : Líber Livro Editora, 2005.

BRASIL. **Constituição, 1988**. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

BRASIL. **Manual do Programa de Crédito Educativo**. 1995. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/mcrededuc.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CUNHA, L. A. C. R. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. UNESP, 2007.

Dicionário Aurélio. Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com/qualidade>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

DIEESE Disponível em < <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FREIRE, P. **A educação como prática de liberdade**. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro\\_freire\\_educacao\\_pratica\\_liberdade.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/livro_freire_educacao_pratica_liberdade.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

INAF. **Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. Disponível em <[https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf&ved=0ahUKEwiqn87v25zSAhUCC5AKHQPRAnYQFggwMAQ&usq=AFQjCNGbiHyRdQOrPcddrg0IPAwPICNs9Q](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf&ved=0ahUKEwiqn87v25zSAhUCC5AKHQPRAnYQFggwMAQ&usq=AFQjCNGbiHyRdQOrPcddrg0IPAwPICNs9Q)>. Acesso em: 21 jun. 2016.

INEP. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>. Acesso em: 20 ago. 2016.

IPEA. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MARCONI, M. de A. LAKATOS; E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 1992.

MEC. **Programa Universidade Para Todos**. Disponível em:  
<<http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

MEC. **Sistema FIES**. Brasília, 2015. Disponível em:  
<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 13 set. 2015.

MILONE, P. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**: Teorias e evidências empíricas. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1998.

MONTORO FILHO, A. F., et al.; PINHO, D. B. (Coord); VASCONCELLOS, M. A. S. (Coord). **Manual de Economia**. 2. ed., 4ª Tiragem. São Paulo : Saraiva, 1996.

SEI Disponível em  
<[http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/nacional/pib\\_nacio\\_part\\_vab.xls](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/nacional/pib_nacio_part_vab.xls)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

PNE. Disponível em <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em  
<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> > Acesso em: 20 ago. 2016.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. Disponível em  
<<http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SANTANA, F. F. **A dinâmica da aplicação do termo qualidade na educação superior brasileira**. São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2007.

SEEC. Disponível em < <http://www.educacao.rn.gov.br/>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

IBGE. Disponível em  
<[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/contas\\_nacionais/1\\_indice.xls](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/contas_nacionais/1_indice.xls)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

**Tabela Instituição IGC 2010**. Disponível em  
<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiyzMH1lsrRAhWEIZAKHZiACtsQFggnMAI&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D9381%26Itemid&usg=AFQjCNEed2XksVd5oOpq0tY1JOGnFknGZw&bvm=bv.144224172,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiyzMH1lsrRAhWEIZAKHZiACtsQFggnMAI&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D9381%26Itemid&usg=AFQjCNEed2XksVd5oOpq0tY1JOGnFknGZw&bvm=bv.144224172,d.Y2I)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

VARELLA, A. M. R. S.; FAZENDA, I. C. A. **Projetos e Práticas Interdisciplinares: movimento e transformação?** São Paulo : Autoras, 2016.